

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO Certifico para os serinos fore sos termos do art. 92, or sostine dos atos administrativos da car Organica Municipal, que a presente Lei foi publicada no quadro de aviso da Prefeitura em 16 ,de 12 de 2010

Araguatins TO, 15 de dezembro de 2010.

"Estima a receita e fixa a despesa do município Araguatins para o Exercício de 2011".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUATINS, Estado do Tocantins aprovou e eu, Prefeito Municipal de Araguatins, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta lei orça a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 2011, no valor global de R\$ 40.988.300,00 (Quarenta milhões e novecentos e oitenta e oito mil e trezentos reais), envolvendo os recursos de todas as fontes, compreendendo:

I - Orçamento Fiscal;

Lei nº 1029/2010

II - Orçamento da Seguridade Social;

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 2º- O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social serão detalhados, em seu menor nível, através dos Elementos da Despesa detalhados no Anexo ao decreto que acompanha este Projeto de Lei.

§ 1º- Na programação e execução dos orçamentos fiscal e de seguridade social será utilizada a classificação da despesa por sua natureza, onde deverão ser identificados a categoria econômica, o grupo da despesa, a modalidade de aplicação e o elemento.

§ 2º- O chefe do poder executivo deverá estabelecer e publicar anexo ás



normas de execução do orçamento a classificação das despesas mencionada no parágrafo anterior.

Art. 3° - A receita é orçada e a despesa fixada em valores iguais a R\$ 40.988.300,00 (Quarenta milhões e novecentos e oitenta e oito mil e trezentos reais).

Parágrafo único - Incluem-se no total referido neste artigo os recursos próprios das autarquias, fundações e fundos especiais.

A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes no anexo, de acordo com o seguinte desdobramento.

| ESPEC | CIFICAÇÕES | VALORES |
|---|------------|---|
| I - RECEITA DO TESOURO 1 - RECEITAS CORRENTES | | 45.693.300,00 33.981.100,00 |
| 1.1 - Receita Tributária 1.2 - Receita de Contribuições 1.3 - Receita Patrimonial 1.4 - Receita Agropecuária 1.5 - Receita Industrial 1.6 - Receita de Serviços 1.7 - Transferências Correntes 1.9 - Outras Receitas Correntes | | 1.943.000,00 2.290.000,00 421.600,00 5.000,00 8.000,00 1.935.000,00 27.243.500,00 135.000,00 |
| 2 - RECEITAS DE CAPITAL | | 9.359.700,00 |
| 2.1 - Operações de Crédito 2.2 - Alienações de Bens 2.3 - Amortizações de Empréstimo 2.4 - Transferências de Capital 2.5 - Outras Receitas de Capital | os | 100.000,00 100.000,00 0,00 9.109.700,00 50.000,00 |
| II - RECEITAS RETIFICADORAS | DO FUNDEB | (2.352.500,00) |
| RECEITAS TOTAL | | 40.988.300,00 |



Art. 4° - A despesa, no mesmo valor da receita é fixada em **R\$ 40.988.300,00** (Quarenta milhões e novecentos e oitenta e oito mil e trezentos reais), assim desdobrados:

I - no Orçamento Fiscal, em R\$ 40.988.300,00 (Quarenta milhões e novecentos e oitenta e oito mil e trezentos reais);

II - no Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e

quinhentos mil);

Art. 5º - A despesa será realizada com observância da programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento.

| ESPECIFICAÇÕES | VALORES |
|--|--|
| I - RECURSOS DO TESOURO 1 - DESPESAS CORRENTES 2 - DESPESAS DE CAPITAL 3 - RESERVA CONTINGÊNCIA | 40.988.300,00 27.935.550,00 10.852.750,00 2.200.000,00 |
| DESPESA TOTAL | 40.988.300,00 |
| II - RECURSOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL 03.01 - GABINETE DO PREFEITO 03.02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E SERVIÇOS URBANOS 03.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS 03.04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 03.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 03.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE E ESPORTE 03.11 - FUNDEB - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 03.12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | 1.050.000,00 553.500,00 510.000,00 588.000,00 1.679.200,00 1.328.850,00 705.000,00 8.505.000,00 4.496.300,00 233.000,00 |
| 03.13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE 03.16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, PESCA E AQUICULTURA 03.17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO | 843.300,00 2.156.200,00 |
| | |

3



| ECONÔMICO E TURISMO 03.19 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 03.21 – SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO 03.22 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA 03.99 – RESERVA DE CONTIGÊNCIA 04.01 – SEMUSA – SERV. MUNICIPAL DE SANEAMENTO 05.01 – FUNPREV – FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 900.000,00 210.500,00 3.557.125,00 70.000,00 1.350.000,00 2.500.000,00 |
|--|---|
| 07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 08.01 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO BICO DO PAPAGAIO 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 636.400,00 1.500.000,00 455.000,00 7.160.925,00 |
| TOTAL DAS UNIDADES | 40.988.300,00 |

Parágrafo único - Integram o Orçamento Fiscal os recursos orçamentários à conta do Tesouro Municipal, destinados a transferências às empresas a título de aumento de capital, subvenção econômica e prestação de serviços.

Art. 6º - Ficam aprovados os orçamentos das entidades autárquiças, fundacionais e fundos especiais do poder executivo em importâncias iguais para a receita orçada e a despesa fixada, aplicando-lhes as mesmas regras e autorizações destinadas à administração direta por força desta lei.

CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 7°- Fica o Poder Executivo autorizado a, excluídos os casos previstos nesta Lei, abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (CINQÜENTA POR CENTO) sobre o total da despesa nela fixada.

CAPÍTULO IV DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 8º - Fica o poder executivo autorizado a realizar operações de crédito-por antecipação da receita ate o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) da receita orçada constante do art. 3º desta lei.

4

Praça Ancelmo Ferreira Guimarães s/nº, Centro, ARAGUATINS-TO. CNPJ № 01.237.403/0001-11



CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º - Fica o poder executivo autorizado a estabelecer normas complementares pertinentes a execução do orçamento e, no que couber, adequá-lo as disposições da constituição do município, compreendendo também a programação financeira para o exercício de 2011.

Art. 10° - Ficam agregados aos orçamentos do município os valores e indicativos constantes ao anexo a esta lei.

Art. 11º - Todos os valores recebidos pelas unidades da administração direta, autarquias, fundações e fundos especiais deverão, para sua movimentação, ser registrados nos respectivos orçamentos.

Parágrafo único - Excluem-se do disposto neste artigo os casos em que por força de lei, normas especiais ou exigências do ente repassador, o registro deva ser feito através do grupo extra-orçamentário.

Art. 12º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de dezembro de 2.010.

FRANCISCO DA ROCHA MIRANDA

Prefeito Municipal

CHARLES BORGES MARINHO

Secretário Municipal de Administração